



CONTRATO DE AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA PARA O AGRUPAMENTO DE ESCOLAS DE MARINHAIS

Minuta de Contrato n.º 01/2022

Entre

Agrupamento de Escolas de Marinhais, com sede no Bairro de Santo António, 2125-222 Marinhais, pessoa coletiva nº600072487 legalmente representada pela **senhora Diretora Sídora Maria Hipólito Bernardo Saramago**, a qual tem poderes para outorgar o presente contrato, como Primeiro Outorgante.

e

Saniambiente – Serviços Profissionais de Limpeza, Lda., pessoa coletiva nº506665836, com sede na Avenida da Malagueira, nº31-A, 7000-705 Évora, representado na qualidade de director geral Ricardo Filipe Ramos Bonifácio de Carvalho, portador do Cartão de Cidadão nº  residente na Rua dos Valentines Casal da Broeira nº 11, 2560 Torres Vedras, o qual tem plenos poderes para outorgar o presente contrato, conforme documento junto ao processo, doravante designado por Segundo Outorgante.

A decisão de adjudicação foi tomada pela Senhora Diretora do Agrupamento de Escolas de Marinhais em 04 de janeiro de 2022.

É celebrado o presente contrato que se regerá pelo disposto nas cláusulas seguintes:

Cláusula 1ª

Objeto do Contrato

O contrato tem por objeto a prestação de serviços de limpeza nas instalações do Agrupamento de Escolas de Marinhais, Bairro de Santos António, 2125-222 Marinhais,

Bairro de Santo António 2125-222 Marinhais; Telefone: 263 590 080;
Email: servicos@aemarinhais.edu.gov.pt



será efetuado de acordo com o programa de trabalhos apresentados no Anexo B do Caderno de Encargos.

Cláusula 2ª

Prazo de vigência

A prestação de serviços tem a duração de 3 meses, tem início, no dia 10 de janeiro de 2022, na morada mencionada na Cláusula 1ª do presente contrato e terminará no dia 31 de março de 2022.

Cláusula 3ª

Preço contratual

1. O preço contratual é de 3.002,00€, ao qual acresce o Imposto sobre o valor acrescentado à taxa legal em vigor, o que totaliza 3.692.46€;
2. Pela prestação dos serviços objeto do contrato, a entidade adjudicante deve pagar ao adjudicatário o preço correspondente aos serviços constantes do Anexo A do Caderno de Encargos, durante prazo de execução do contrato;
- 3 - O preço referido nos números anteriores inclui todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída à entidade adjudicante.

Cláusula 4ª

Condições de Pagamento

- 1- O Adjudicatário apresentará mensalmente à Entidade Adjudicante, uma fatura correspondente aos serviços efetivamente prestados no mês anterior.
- 2- A fatura será remetida para a Entidade Adjudicante, devendo o Adjudicatário remeter igualmente o "Relatório Mensal dos Níveis de Serviço."
- 3- Para efeitos de pagamento, o adjudicatário deverá apresentar a fatura à Entidade Adjudicante com uma antecedência mínima de 30 (trinta) dias úteis a contar da data do respetivo vencimento.
- 4- Não sendo observado o prazo estabelecido no número anterior, considera-se que a respetiva prestação só se vence nos 30 (trinta) dias úteis, subsequentes à apresentação da correspondente fatura.



5- O pagamento da fatura por parte da Entidade Adjudicante está sujeito ao cumprimento do indicado no nº3 da presente cláusula e à apresentação simultânea do "Relatório Mensal de Níveis de Serviço".

Cláusula 5ª

Atualização dos Preços dos Serviços

1- Durante o prazo de vigência do contrato não haverá lugar a qualquer atualização dos preços dos serviços, salvo se, verificarem:

b) Redução dos preços de mercado, dos serviços prestados;

c) Mudança ou libertação de instalações por parte de entidades adjudicantes;

2- Para efeitos de qualquer alteração distinta referida no ponto anterior, a parte interessada na alteração deve comunicar, por escrito, à outra parte essa intenção, com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias em relação à data em que pretende ver introduzida a alteração.

Cláusula 6ª

Cessão da Posição Contratual

1- No decurso da execução do contrato o adjudicatário não poderá ceder a sua posição contratual ou qualquer dos direitos e obrigações emergentes do contrato, sem autorização, por escrito das Entidade;

2- Para efeitos da autorização prevista no número anterior, deve:

a) Ser apresentada pelo eventual cessionário toda a documentação exigida ao adjudicatário no âmbito do procedimento;

b) Ser verificada pela Entidade Adjudicante, se o cessionário não se encontra em nenhuma das situações previstas no Artigo 55º do Código dos Contratos Públicos (CCP), aprovado pelo Decreto-Lei nº 111-B/2017 de 31 de agosto e se tem capacidade técnica e financeira para assegurar o exato e pontual cumprimento do contrato.

3- O fornecedor não poderá ceder a sua posição no contrato efetuado ou qualquer dos direitos ou obrigações que dele decorra.



Cláusula 7^a Rescisão do contrato

A Entidade Adjudicante poderá rescindir o contrato com o adjudicatário;

- a) Se o valor faturado ou apurado for igual ou inferior a 70% do valor fixo mensal contratado em 2 (dois) meses seguidos ou em 3 (três) meses durante o período do contrato, devido à aplicação de sanções por incumprimento dos níveis de serviço e/ou fornecimento deficiente em quantidade ou qualidade dos produtos, sem prejuízo do direito de aplicação das sanções a que haja lugar;
- b) Se o adjudicatário não fornecer todos os produtos de limpeza necessários para a prestação de serviços nas devidas condições, durante um período consecutivo de 15 dias úteis, a entidade adjudicante poderá rescindir o contrato pelo incumprimento do nível de serviço;
- c) Se o adjudicatário não disponibilizar todos os equipamentos (aspiradores, enceradoras, lavadora de pavimentos) necessários para a limpeza de todas as áreas da entidade adjudicante durante o período de um mês, após a celebração do contrato, a entidade adjudicante poderá rescindir o contrato pelo incumprimento do nível de serviço;
- d) Os colaboradores que prestam serviço de limpeza, nas instalações da entidade adjudicante têm de estar inscritos na empresa adjudicatária, perante as entidades legais, designadamente a Segurança Social, caso seja detetado que estejam a pagar as remunerações, e efetuados os descontos por outra empresa, a entidade adjudicante deverá comunicar às entidades legais, bem como poderá rescindir o contrato de imediato;
- e) Os colaboradores que prestam os serviços de limpeza têm de ser substituídos nas férias, caso contrário a entidade adjudicante pode rescindir o contrato com o adjudicatário, além de que as horas não prestadas devem ser deduzidas no valor da fatura a pagar pela entidade adjudicante.



Cláusula 8ª

Sanções

1-Na prestação de serviços considera-se os seguintes incumprimentos para a aplicação de sanções:

a) São consideradas não conformes as limpezas cujas auditorias revelem um estado de limpeza inferior a 80 % da pontuação máxima, sendo aplicada uma sanção calculada do seguinte modo:

i) Valor sanção = | 1 – Pontuação percentual | x Valor contrato

ii) Sendo Valor sanção = Valor da sanção a deduzir ao valor fixo contratado na fatura do mês correspondente;

iii) Pontuação percentual = Pontuação obtida a dividir pela pontuação máxima possível;

iv) Valor contrato = Valor fixo contratado a pagar mensalmente pela prestação do serviço;

b) Serão cumulativamente aplicadas sanções por cada não -conformidade nos processos e meios utilizados, sendo a mesma calculada do seguinte modo:

i) Desconto de 2% se 2 a 4 infrações muito graves;

ii) Desconto acrescido de 1% por cada 4 infrações muito graves;

iii) Desconto de 1% se 2 a 6 infrações graves/mês;

iv) Desconto acrescido de 0,5% por cada 6 infrações graves;

c) Será deduzido no pagamento da fatura mensal a importância correspondente às sanções a aplicar;

d) A entidade adjudicante poderá aplicar penalizações decorrentes cumulativamente da avaliação da qualidade do serviço em duas vertentes – estado da limpeza e processos e meios utilizados;

e) O não enceramento e polimento constitui uma infração muito grave, sendo que o não cumprimento de cada uma das 4 vezes estipuladas no contrato, se aplica a sanção de 10% sobre o valor da fatura mensal;

f) Será deduzido no pagamento da fatura mensal a importância proporcional do pagamento à hora, correspondente ao não cumprimento do horário de trabalho por parte dos trabalhadores;



- g) Será deduzido no pagamento da fatura mensal a importância correspondente às sanções a aplicar;
- h) A entidade adjudicante poderá aplicar penalizações decorrentes cumulativamente da avaliação da qualidade do serviço em duas vertentes – estado da limpeza e processos e meios utilizados.

Cláusula 9ª

Prevalência

- 1 – São parte integrante do contrato, o pedido de esclarecimentos, o caderno de encargos, o convite de procedimento e a proposta do adjudicatário.
- 2- Além dos documentos indicados no número anterior, a entidade fornecedora obriga-se, também, a respeitar, no que lhe seja aplicável e não esteja em oposição com os documentos do contrato, as normas portuguesas e europeias, as especificações e documentos de homologação de organismos oficiais, e as de fabricantes ou de entidades detentoras de patentes.
- 4- Em caso de divergência entre os documentos referidos no n.º 1, a prevalência é determinada pela ordem que nele se dispõe.
- 5- Em caso de divergência entre os documentos referidos no n.º 1 e o clausulado do contrato, prevalecem os primeiros, salvo quanto aos ajustamentos ao conteúdo do contrato propostos pelo órgão competente para a decisão de contratar e aceites pelo adjudicatário.

Cláusula 10ª

Cabimento Orçamental

O preço contratual tem cabimento orçamental na classificação orçamental “ 02.02.02- Limpeza e Higiene” no Orçamento do Agrupamento de Escolas de Marinhais, de 2022.



Cláusula 11ª

Disposições Finais

- 1.- Os pagamentos ao abrigo do presente contrato são efetuados após verificação dos formalismos legais em vigor para o processamento de despesa pública.
- 2- O presente Contrato é elaborado em duplicado, designadamente um exemplar para cada uma das partes, sendo constituído por **7 (sete)** páginas, sendo a última assinada e as demais rubricadas por cada um dos outorgantes.

Marinhais, 17 de janeiro de 2022

O Primeiro Outorgante

Assinado por: **ISIDORA MARIA HIPÓLITO
BERNARDO SARAMAGO**
Num. de identificação:
Data: 2022.01.19 11:26:21+00'00'



O Segundo Outorgante

[Assinatura
Qualificada]
Ricardo Filipe
Ramos Bonifácio
de Carvalho

Assinado de forma digital
por [Assinatura
Qualificada] Ricardo Filipe
Ramos Bonifácio de
Carvalho
Dados: 2022.01.19
14:05:26 Z

Bairro de Santo António 2125-222 Marinhais; Telefone: 263 590 080;
Email: servicos@amarinhais.edu.gov.pt